



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina: DIP075 TÓPICOS EM DIREITO PÚBLICO A - Introdução ao Direito dos Estados Unidos: Compreendendo o Judicial Review

Tipo: () Obrigatória (x) Optativa

Carga horária: 60 horas/aula

Créditos: 4

Período: não se aplica

Pré-requisitos/conhecimentos prévios

Requisitos: a) Inglês instrumental (capacidade de ler e entender textos jurídicos em inglês); b) Teoria Geral do Processo (conhecimento de elementos processuais); c) Acesso à Internet (leitura obrigatória de decisões judiciais); e d) apresentação pessoal de decisões judiciais.

Ementa

1. Formação Histórica do Direito dos Estados Unidos.
2. Formação da Tradição Jurídica nos EUA.
3. Poder Judiciário Federal e *Judicial Review*.
4. Poder Legislativo Federal.
5. Poder Executivo Federal.
6. Proteção Constitucional aos Direitos Individuais.
7. Ensino Jurídico nos EUA.

OBJETIVOS

- 2.1 Apresentar as principais características do Direito dos Estados Unidos, com ênfase na compreensão do *judicial review*.
- 2.2 Explicar o *common law* como sistema jurídico com características diferenciadas daquele adotado no Brasil.
- 2.3 Debater a matéria exposta sob perspectiva de Direito comparado.
- 2.4 Medir e avaliar os resultados de aprendizado alcançados.

METODOLOGIA



Faculdade de Direito da UFMG

Prática Pedagógica: Exposição oral. Trabalhos em grupo. Dinâmicas de grupo. Estudo de casos. Seminários. Uso de filmes.

AVALIAÇÃO

O conceito do aluno decorrerá de sua participação nas apresentações e debates em sala, de avaliações sobre o conhecimento debatido, bem como de apresentar investigação com ênfase em Direito comparado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - Unidades de Ensino

Unidade 1

1 – Formação Histórica do Direito dos Estados Unidos

1.1 Antecedentes. O *Common Law* inglês: histórico e constituição. *Remedies precede rights*. O procedimento mediante o uso de *Writs*. O Sistema Judiciário Inglês. Formação do Direito Público e do Direito Privado Inglês até o Séc XVII. Influência jurídica do Absolutismo. Impacto jurídico-constitucional das revoluções inglesas do Séc. XVII. Fontes do Direito na Inglaterra do Séc XVIII: *Common Law*, *Equity* e *Statutes*.

1.2 *Statutory Law* e *Common Law*: compreensão da relação decorrente entre Poder Legislativo e Poder Judiciário. *Common Law*: modo de atuação como sistema jurídico. A doutrina dos precedentes. *Stare Decisis*. *Binding effect* e *Persuasive effect*. Formalismo Jurídico e Realismo Jurídico. Exemplo de atuação do *Common Law*: o litígio *Mac Pherson v. Buick*.

1.3 A organização jurídica das treze colônias. Recepção do Direito inglês pelas colônias. A formação do Direito escravocrata. As Cortes de Justiça nas Províncias. A Declaração de Independência. A Confederação.

Unidade 2

2 – Formação da Tradição Jurídica Federal nos EUA: as relações entre common law e statutory law

2.1 As Constituições dos Estados. Antecedentes legislativos. A Constituição dos EUA: promulgação e elementos centrais. O Estado dual. A repartição de poderes. Organização do Estado Federal (*Supremacy Clause*) Emendas à Constituição: o Bill of Rights e os direitos individuais. União e unidades federadas: situação jurídica constitucional a partir de 1790. A supremacia formal do Direito legislado e sua interação com o *Common Law*.

2.2 Consequências jurídicas do Federalismo. *State power* e *police power*. A relação entre os Estados (*Full Faith and Credit Clause* e *Privileges and Immunities Clause*).



Faculdade de Direito da UFMG

A 11ª Emenda à Constituição. A Guerra Civil nos EUA e seu impacto nas relações entre União e Estados federados. As 13ª, 14ª e 15ª Emendas à Constituição.

Unidade 3

3 – Poder Judiciário Federal e *Judicial Review*

3.1 Organização do Poder Judiciário Federal na Constituição dos EUA (*Article III*). A revisão dos atos do Executivo e do Parlamento pelo Judiciário. Antecedentes ingleses. *Madison v. Marbury*. Contexto histórico. Estudo de caso: *Madison vs Marbury*.

3.2 Poder Judiciário Federal e o poder de revisão dos julgados, leis e atos administrativos dos Estados federados. Estudo de caso: *Cohens v. Virginia*.

3.3 Jurisdição Federal (Justiciability): *Standing*, *Ripeness*, *Mootness* e *Political Questions*. A proibição federal sobre jurisdição consultiva (*advisory opinions*).

Unidade 4

4 – Poder Legislativo Federal

4.1 Organização do Poder Legislativo Federal na Constituição dos EUA (*Article I*). O Congresso e suas Casas. Incisos (*Sections*) I-X. Inciso VIII. Detalhamento.

4.2 Poderes do Congresso. Poderes explícitos e implícitos (*Necessary and Proper Clause*) Estudo de caso: *McCulloch v. Maryland*. Limites impostos pelo Federalismo. Usos do poder de regular o comércio (*Commerce Clause*). Estudo de casos: *Gibbons v. Ogden* e *Civil Right Cases*. A Décima Emenda. Estudo de caso: *Printz v. United States*. Delegação do poder Legislativo. A legislação administrativa no *New Deal*. O plano “court-packing”.

Unidade 5

5 – Poder Executivo Federal

5.1 Organização do Poder Executivo Federal na Constituição dos EUA (*Article II*). Poderes expressos e implícitos. Estudo de caso: *Youngstown Sheet & Tube Co. v. Sawyer*. O poder de veto no processo legislativo. Estudo de caso: *Clinton v. City of New York*. Privilégios da função presidencial. Estudo de caso: *Nixon v. United States*.



Faculdade de Direito da UFMG

Unidade 6

6 – Proteção Constitucional ao Direitos Individuais

6.1 Antecedentes históricos do Direito inglês. Direitos Individuais no texto original e nas Emendas à Constituição. Aplicação dos Direitos Individuais previstos na Constituição Federal aos Estados. As 5ª e 14ª Emendas (*Due Process Clause* e *Equal Protection Clause*). Limites à aplicação horizontal dos direitos individuais. (*State Action Doctrine*). Hermenêutica constitucional em face de direitos individuais (*levels of scrutiny*) Estudo de caso: *United States v. Carolene Products Co.*

6.2 Liberdade de expressão e de publicação conforme a 1ª Emenda (*Free Speech e Free Press Clauses*). Restrições baseadas em conteúdo. Neutralidade de conteúdo. Estudo de casos: *Schenck v. United States*. *Abrams v. United States*. *Brandenburg v. Ohio*. *Overbreadth*. *Vagueness*. Estudo de caso: *Gooding v. Wilson*. *Prior Restraint*. Estudo de caso: *Near v. Minnesota*. Afirmações falsas. Estudo de casos: *New York Times v. Sullivan*. *Gertz v. Robert Welch Inc.* *Hustler Magazine v. Falwell*.

Bibliografia básica

BURNHAM, W. *Introduction to the law and legal system of the United States*. Saint Paul: West, 2011.

CHEMERINSKY, E. *Constitutional law*. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2009.

CHEMERINSKY, E. *Constitutional law: principles and policies*. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2011.

COFFIN, F. *On appeal: courts, lawyering, and judging*. New York: W.W. Norton & Company, 1994.

DAVID, R. *Le droit anglais*. Paris: PUF, 1975.

FLETCHER, G. *American law in a global context: the basics*. New York: Oxford University Press, 2005.

FRANKLIN, M. ANDERSON, D. LIDSKY, L. *Mass media law: cases and materials*. New York: Foundation Press, 2011.

FRIEDMAN, L. *A history of american law*. New York : Simon & Schuster, 2005.

LEVI, E. *An introduction to legal reasoning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

RUA, J. *El common law: su estructura normativa – su enseñanza*. Buenos Aires: Editorial La Ley, 1957.

SANKIEVICZ, A. *Liberdade de expressão e pluralismo*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHWARTZ, B. *The American heritage history of law in America*. New York. American Heritage Publishing Co., 1974.



Faculdade de Direito da UFMG

SMOLLA, R. *Free speech in an open society*. New York: Random House, 1992.

STONE, G. ET ALLI. *The first amendment*. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2012.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. (Trad. Neil Ribeiro da Silva) Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

ZELEZNY, J. *Communications law: liberties, restraints, and the modern media*. Belmont: Thomson, 2007.

Bibliografia complementar

DAWSON, J. *The oracles of law*. New York: William S. Hein & Co., Inc., 1986.

DWORKIN, R. In praise of theory. 29 *ARIZ. ST. L.J.* 353 (1997)

GHIRARDI, O. *Common law y civil law*. Córdoba: Advocatus, 2007

MAITLAND, F. *The forms of action at common law*, 1909. In: <http://www.fordham.edu/halsall/basis/maitland-formsofaction.asp>

POSNER, R. Conceptions of legal theory: a response to Ronald Dworkin. 29 *ARIZ. ST. L.J.* 377 (1997).

UNITED STATES OF AMERICA. *The bluebook: a uniform system of citation*. Massachusetts: Harvard Law Review Association, 2011.

ZWEIGERT, K. KÖTZ, H. *An introduction to comparative law*. (Translated by Tony Weir). Oxford: Clarendon Press, 1998.

9. TABELA DE CASOS (Ordem cronológica)



Faculdade de Direito da UFMG

Marbury v. Madison, 5 U.S. 137 (1803)
McCulloch v. Maryland, 17 U.S. 316 (1819)
Cohens v. Virginia, 19 U.S. 264 (1821)
Gibbons v. Ogden, 22 U.S. 1 (1824)
Civil Rights Cases, 109 U.S. 3 (1883) (A decisão envolve cinco casos decididos em consolidação: *United States v. Stanley*, *United States v. Ryan*, *United States v. Nichols*, *United States v. Singleton* e *Robinson v. Memphis & Charleston Railroad* 109 U.S. 3, 3 S. Ct. 18, 27 L. Ed. 835.)
MacPherson v. Buick Motor Co., 217 N.Y. 382, 111 N.E. 1050 (1916)
Abrams v. United States, 250 U.S. 616 (1919)
Schenck v. United States, 249 U.S. 47 (1919)
Near v. Minnesota, 283 U.S. 697 (1931)
United States v. Carolene Products Company, 304 U.S. 144 (1938)
Youngstown Sheet & Tube Co. v. Sawyer, 343 U.S. 579 (1952)
New York Times Co. v. Sullivan, 376 U.S. 254 (1964)
Brandenburg v. Ohio, 395 U.S. 444 (1969)
Gooding v. Wilson, 405 U.S. 518. (1972)
Gertz v. Robert Welch, Inc., 418 U.S. 323 (1974)
Hustler Magazine, Inc. v. Falwell, 485 U.S. 46 (1988)
Nixon v. United States, 506 U.S. 224 (1993)
Mack and Printz v. United States, 521 U.S. 898 (1997)
Clinton v. City of New York, 524 U.S. 417 (1998)